Quais são os casos de impunibilidade?

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 01/10/2023

Salvar em PDF Imprimir

Salvar em PDF Imprimir

Salvar em PDF Imprimir

Introdução

A impunibilidade no direito penal brasileiro refere-se a situações em que, embora tenha ocorrido um fato típico e ilícito, o agente não pode ser punido pelo Estado. Esses casos estão previstos no Código Penal e em outras leis específicas, visando garantir a justiça e a proporcionalidade na aplicação das penas.

Causas de Impunibilidade

1. Erro de Proibição (Art. 21 do Código Penal)
   - O agente desconhece a ilicitude do fato ou acredita que sua conduta é lícita.
   - Pode ser evitável ou inevitável, sendo que o erro inevitável isenta de pena.
1. Coação Moral Irresistível (Art. 22 do Código Penal)
   - O agente pratica o fato sob coação moral irresistível,

ou seja, uma ameaça grave e iminente que o impede de agir conforme a lei.
- A punibilidade é excluída, sendo a responsabilidade transferida para o autor da coação.

1. Obediência Hierárquica (Art. 22 do Código Penal)

- O agente pratica o fato em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico, desde que não seja manifestamente ilegal.
- A punibilidade é excluída, recaindo a responsabilidade sobre o superior que expediu a ordem.

1. Inimputabilidade (Art. 26 do Código Penal)

- O agente, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- A punibilidade é excluída, podendo ser aplicada medida de segurança.

1. Menoridade (Art. 27 do Código Penal)

- Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas da legislação especial (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1. Embriaguez Completa Proveniente de Caso Fortuito ou Força Maior (Art. 28, §1º do Código Penal)

- O agente, por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- A punibilidade é excluída.

Causas Extintivas de Punibilidade

Além das causas de impunibilidade, existem as causas extintivas de punibilidade, previstas no Art. 107 do Código Penal, que incluem:

1. Morte do agente
2. Anistia, graça ou indulto
3. Retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso
4. Prescrição, decadência ou perempção
5. Renúncia do direito de queixa ou perdão aceito, nos crimes de ação privada
6. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite
7. Perdão judicial, nos casos previstos em lei

Conclusão

Os casos de impunibilidade e as causas extintivas de punibilidade são instrumentos legais que visam garantir a aplicação justa e proporcional do direito penal. Eles reconhecem situações excepcionais em que, embora tenha ocorrido um fato típico e ilícito, a punição do agente não é considerada adequada ou necessária. Essa compreensão é fundamental para o equilíbrio entre a proteção da sociedade e os direitos individuais no sistema jurídico brasileiro.

FAQ sobre Casos de Impunibilidade

1. O que significa impunibilidade?
Impunibilidade refere-se à situação em que uma pessoa não pode ser punida por um ato que, em circunstâncias normais, seria passível de sanção penal ou administrativa.

2. Quais são os principais casos de impunibilidade previstos na legislação?
Os principais casos de impunibilidade incluem:

- **Imunidade parlamentar:** Protege os parlamentares por suas opiniões, palavras e votos no exercício da função.
- **Menores de idade:** Em muitos países, menores de 18 anos não são penalmente responsáveis.
- **Doenças mentais:** Indivíduos que não têm capacidade de entendimento devido a doenças mentais podem ser considerados inimputáveis.
- **Autoanistia:** Situações em que a própria lei prevê a anistia para determinadas condutas.

3. O que é imunidade parlamentar?
Imunidade parlamentar é a proteção legal que garante aos parlamentares a liberdade de expressão em suas atividades legislativas, impedindo que sejam processados judicialmente por suas opiniões ou votos.

4. Como a idade influencia a impunibilidade?
Pessoas abaixo da idade mínima estabelecida pela legislação (geralmente 18 anos) podem ser consideradas inimputáveis, o que significa que não podem ser punidas criminalmente, mas podem ser submetidas a medidas socioeducativas.

5. O que acontece com indivíduos que são considerados inimputáveis?
Indivíduos considerados inimputáveis podem ser submetidos a tratamento médico ou psicológico, em vez de penas privativas de liberdade, dependendo da avaliação judicial.

6. A impunibilidade é absoluta?
Não, a impunibilidade não é absoluta. Em alguns casos, mesmo aqueles que gozam de impunibilidade podem ser responsabilizados em situações específicas, como em casos de crimes graves.

7. O que é autoanistia?
Autoanistia é a situação em que a própria legislação prevê que determinadas condutas não serão punidas, geralmente em contextos específicos, como em processos de transição política

ou para crimes relacionados a atividades políticas.

8. Quais são as implicações da impunibilidade para a justiça?
A impunibilidade pode gerar debates sobre justiça e equidade, já que algumas pessoas podem escapar de punições que seriam aplicáveis a outros indivíduos em situações semelhantes.

9. Como a impunibilidade é tratada em casos de crimes graves?
Em casos de crimes graves, a impunibilidade pode ser revista, e a legislação pode prever exceções, permitindo a responsabilização mesmo de indivíduos que normalmente gozariam de impunibilidade.

10. Qual é a importância de entender os casos de impunibilidade?Entender os casos de impunibilidade é crucial para compreender os limites da responsabilidade penal, as garantias legais e os direitos dos indivíduos, além de promover discussões sobre justiça e igualdade no sistema legal. Værdiborg

Salvar em PDF Imprimir
Salvar em PDF Imprimir
Salvar em PDF Imprimir